



Recebido em 01/02/2018

Aceito em 18/07/2018

**MULHERES, COLONIALISMO, EMANCIPAÇÃO – UMA LEITURA  
DE RAINHAS DA NOITE, JOÃO PAULO BORGES COELHO**

*WOMEN, COLONIALISM, EMANCIPATION – READING RAINHAS DA  
NOITE, BY JOÃO PAULO BORGES COELHO*

*MUJERES, COLONIALISMO, EMANCIPACIÓN – LECTURA DE RAINHAS  
DA NOITE, JOÃO PAULO BORGES COELHO*

Margarida Calafate Ribeiro<sup>1</sup>

**RESUMO:**

Neste artigo, construído a partir da análise do livro *Rainhas da Noite* de João Paulo Borges Coelho, reflito sobre a importância das mulheres, oriundas de elites coloniais diversas, na percepção da situação colonial, da sua injustiça e da formação da sua consciência política. Abordarei sucintamente os trilhos em que se moveram a partir do espaço privado da casa e da família para o espaço público e da sua contribuição essencial nos espaços da luta.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres, colonialismo, emancipação, memória, ficção.

**ABSTRACT:**

*In this article, based on the analysis of the book *Rainhas da Noite* by JPBC, I reflect on the importance of women, from diverse colonial elites, in the perception of the colonial situation, its injustice and the formation of its political conscience. I will briefly approach the paths*

---

<sup>1</sup> Margarida Calafate Ribeiro é doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College, Universidade de Londres (2001). É investigadora coordenadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (desde 2004) e professora no programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (III/CES) da Universidade de Coimbra (desde 2010). Com Roberto Vecchi é responsável pela "Cátedra Eduardo Lourenço", Camões / Universidade de Bolonha. Em 2015 recebeu uma bolsa Consolidator Grant do Conselho Europeu de Investigação (ERC), com o projeto de investigação «MEMOIRS - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias», que coordena no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É autora, co-autora e organizadora de vários livros, capítulos de livros e artigos. E-mail: margaridascr@gmail.com



*in which they have moved from the private space of the house and family to the public space and of their essential contribution in the spaces of struggle.*

**KEYWORDS:** *women, colonialism, emancipation, memory, fiction*

**RESUMEN:**

*En este artículo, construido a partir del análisis del libro Rainhas da Noite, de JPBC, reflexiono sobre la importancia de las mujeres, oriundas de élites coloniales diversas, en la percepción de la situación colonial, de su injusticia y de la formación de su conciencia política. Abordaré sucintamente los caminos en que se movieron desde el espacio privado de la casa y de la familia al espacio público y de su contribución esencial en los espacios de lucha.*

**PALABRAS CLAVE:** *mujeres, colonialismo, emancipación, memoria, ficción.*

**Abrindo**

Os acontecimentos que dominaram a história de África e da Ásia pós-Segunda Guerra Mundial ligam-se às grandes movimentações sociais e políticas que estiveram na origem dos movimentos de libertação e de longas lutas pela independência e pela liberdade. As histórias recentes destes dois espaços pautam-se por um rasto de luta: luta contra o colonialismo europeu e as nações colonizadoras, luta pela independência e pela nova nação, luta contra o neocolonialismo, luta pela educação, pela saúde, pelo desenvolvimento.

Na antiga África colonial portuguesa, os movimentos de libertação começaram a organizar-se no final dos anos 50, e, face à intransigência do regime ditatorial português, iniciou-se a luta armada, dando origem a uma longa guerra de libertação, logo em 1961 em Angola, alastrando-se depois a Moçambique e à Guiné-Bissau, até 1974. A memória deste longo conflito na sociedade portuguesa contemporânea—para os portugueses a Guerra Colonial—está associada a três acontecimentos, intimamente ligados e que simultaneamente a explicam e a invisibilizam: o final da ditadura salazarista, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a descolonização. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau a memória deste conflito está associada à luta que desembocou no momento glorioso da independência e da construção da nação rumo à revolução socialista, acontecimentos a partir dos quais se elabora uma narrativa fundadora da nação atual e legitimadora dos seus heróis, normalmente declinados no masculino. Primeiro os guerrilheiros, heróis concretos da luta, depois os presos políticos e os clandestinos.

De facto, quando pensamos em movimentos, guerras de libertação e revoluções em África, pensamos de imediato nos seus protagonistas masculinos, deixando na sombra toda a vida



que corre paralelamente e que sustenta e constrói a luta e a futura nação, protagonizada por mulheres. Ainda assim, quando em terreno africano pensamos na participação de mulheres, pensamos em mulheres negras ou mestiças e a sua presença nas margens da luta, como defende Maloba no seu abrangente estudo *Women in African Revolution*. No seu livro analisa os papéis desempenhados pelas mulheres da Argélia, Quênia, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Zimbábwe e África do Sul nas lutas de libertação e nas revoluções destes países, questionando o impacto das mulheres no processo revolucionário a partir de questões muito concretas. Como é que os movimentos de libertação definiam a libertação da mulher? Qual a ligação das teorias feministas de emancipação e libertação e a libertação nacional? Será que os movimentos de libertação traíram a luta das mulheres? Algumas destas questões têm vindo a ser tratadas em estudos gerais sobre mulheres e guerra, que começaram a ser publicados na década de 90 (como *The Women and the War Reader* – Lorentzen, Turpin, 1998) e pela área dos estudos pós-coloniais ligada aos estudos de mulheres, com o pioneiro trabalho de Anne McClintock (1998), o livro organizado por Blunt e Rose, *Writing Women and Space: colonial and postcolonial geographies* (1994) e atualmente tantos outros estudos. No caso da África de língua portuguesa importa destacar alguns trabalhos de carácter mais documental e descritivo que analítico, e que têm vindo a registar o lado feminino da luta de libertação. Refiro-me a títulos de escrita íntima como *Diário de um exílio sem regresso* (2003) e *Cartas de Langidila e outros documentos* (2004), da guerrilheira angolana Deolinda Rodrigues, *Os meus três amores — diário*, da lutadora guineense, Carmen Maria de Araújo Pereira (2015), e outros de carácter mais documental e testemunhal como *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as Heroínas Sem Nome* (2008), de Dya Kasembe e Paulina Chiziane (orgs.), *As Mulheres — um estudo literário* (2005), de Jorge Macedo, *Grupo Feminino de Santa Cecília e o Clero Católico Progressista nos Anos Sessenta*, de Lizette D’Antas, *Heroínas de Angola*, de Limbânia Jiménez Rodrigues, e *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino* (2013), composto por dezenas de depoimentos e produzido pela Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o conjunto de depoimentos de quinze internacionalistas reunido por Elsa Fuchs em *Moçambique marcou-nos para a vida: Grupo de mulheres internacionalistas 1980-1984, retratos e depoimentos* (2014), relativo à participação de mulheres estrangeiras nos primeiros anos da independência como cooperantes em Moçambique, e o estudo de Margarida Paredes, antropóloga e também antiga guerrilheira do MPLA, *Combater duas Vezes—mulheres e Luta Armada em Angola*, publicado em 2015.

Finalmente queria destacar o projeto “Os processos de libertação em Angola e Moçambique: anticolonialismo e rupturas identitárias no feminino” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia e que decorreu entre 2011 e 2014<sup>2</sup>. O projeto reuniu uma equipa internacional e visou o estudo da

---

2 Projeto PTDC/AFR/110704/2009 - FCOMP-01-0124-FEDER-014030, cuja equipa era composta



presença e a participação de mulheres brancas de ascendência portuguesa nos movimentos de libertação em Angola e Moçambique nos tempos coloniais, depois da independência e durante a revolução, o que me parece ser uma outra página em branco nestes processos de luta. Relativamente à Guerra da Argélia, que por razões várias e do lado da potência colonizadora, é um conflito muito comparável ao liderado pelos portugueses, Minnie publicou, em 1994, *Des Femmes dans la Guerre d'Algérie*, que constitui um dos primeiros estudos sobre as mulheres argelinas na guerra. Hoje abundam os estudos sobre as mulheres na guerra da Argélia, sobre as violações não faladas, do lado francês, mas também do lado argelino, sobre a presença de guerrilheiras e muito outros tópicos apresentados seja através de depoimentos, seja através de reflexões críticas. E destaco, relativamente ao assunto que aqui me ocupa, o estudo de Dore-Audibert, de 2003, *Des Françaises d'Algérie dans la Guerre de liberation: Des oubliées de l'histoire*, que constitui uma recolha de depoimentos de mulheres filhas de colonos nascidas na Argélia que lutaram do lado argelino, um livro sobre “les françaises d'Algérie.”

Nesta matéria relativamente aos casos expressos em língua portuguesa dispomos apenas de uma longa entrevista de Eugénia Neto, mulher de Agostinho Neto ao jornal *Expresso*, intitulada “Pedacos de mim,” um curto texto de Maria Amélia Padez que está na origem da sua intervenção numa ação de homenagem na Associação Chá de Caxinde, alguns artigos sobre Maria Conceição Boavida, mulher de Américo Boavida, pela altura da sua morte em 4 de Fevereiro de 2015 e também alguns textos de homenagem à grande jurista do Processo dos 50 e depois da magistratura angolana que foi Maria do Carmo Medina. No plano ficcional três romances referem esta situação. *O Tibete em África*, de Margarida Paredes, que contém um grande lastro autobiográfico da mulher guerrilheira que é a sua autora, *O Cisne de África*, de Henry Lévy, que tem lugar em Moçambique e se desenvolve à volta de uma enfermeira portuguesa que atua oficialmente nos hospitais de campanha dos portugueses e à noite assegura cuidados de enfermagem numa base de guerrilheiros próxima, acabando por se envolver amorosamente com o comandante, e *Rainhas da Noite*, do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho, que narra a vida dormente de mulheres colonas em Moatize, Moçambique, e de como elas se vão apercebendo do outro lado da realidade em que aparentemente vivem suspensas, a partir da história de uma mulher branca que tinha fugido de casa para aderir à causa da FRELIMO.

## **Rainhas da Noite**

Rainha da noite é uma flor quase impercetível durante o dia, mas que ao cair da noite se abre e se manifesta em múltiplas flores com o seu perfume adocicado, que impregna suavemente o ar das noites coloniais em que se desenha o romance de João Paulo Borges Coelho,

---

por: Margarida Calafate Ribeiro, António Sousa Ribeiro, João Paulo Borges Coelho, Júlia Garraio, Laura Padilha, Mónica Silva e os consultores, José Luandino Vieira e José Luís Cabaço.



*Rainhas da Noite*, publicado em 2013. Maria Eugénia, a colona portuguesa que dá voz ao texto e à volta da qual se desenrola o livro, associou este cheiro à água das flores com que se lava os mortos. Interessante esta observação inicial que traz à nossa memória literária outros textos que retratam o mundo colonial que alicerça toda esta narrativa e que lhe confere o contexto. Refiro-me a *Terra Morta*, de Castro Soromenho e a *Natureza Morta*, de José-Augusto França, ambos de 1949, relativos a uma Angola rural, pontos perdidos do mundo colonial, como esta Moatize colonial dos anos 50, em Moçambique, dominada pela Companhia de Minas de Carvão, dirigida pelos belgas, do romance de João Paulo Borges Coelho. Todavia, este é, como bem sabemos, um romance escrito recentemente, mas que se inscreve nesta linha de retrato do mundo colonial, não como nos aparece na literatura colonial, nem na literatura portuguesa atual de caráter memorialista, que revitaliza um mundo colonial em tons sépia em que todos eram “felizes,” mas de um romance moçambicano que assume o tenso tempo colonial como uma parte da sua própria identidade. Todavia, o que o aproxima dos romances de 1949 acima referidos é o retrato do mundo colonial profundamente hierarquizado e brutal, em tensão entre brancos, negros, mulatos e indianos e com muitos sinais de fim, de que o medo será talvez o que tudo une como invólucro principal das representações sociais aqui presentes todas elas em acelerado fim de cena, em processo de morte, mas num cenário em que aparentemente nada acontece, como pensava Maria Eugénia no início da sua travessia, ao lado do Engenheiro Murilo, seu marido e se olhava em casa entediada entre a despedida matinal do marido e o seu regresso pelo fim do dia. Porém, é neste dia a dia só aparentemente previsível e rançoso, que tudo se vai revelar.

O romance em si tem uma estrutura muito original. Logo no início, o narrador, em primeira pessoa, conta-nos a história que no fundo provoca a narrativa, que, por sua vez, se desdobra e se produz através de múltiplos recursos: transcrições de um suposto caderno da colona portuguesa, Maria Eugénia, que terá sido encontrado num alfarrabista das ruas de Maputo, que constitui o que tradicionalmente poderíamos designar como um texto principal, o “arquivo” principal ou um texto de “cima” que domina o fluxo narrativo; num outro plano, só aparentemente inferior, um texto de “baixo,” composto pelas notas do narrador, que se constitui ao longo da narrativa como um texto reflexo e consequência do texto de “cima.” Nestas notas são revelados os outros arquivos a que recorre este narrador angustiado com a insuficiência narrativa e que busca outros arquivos que lhe garantam vários olhares da história—desde o Arquivo Municipal com as suas informações oficiais e produtoras de silêncio, aos pensamentos do narrador sobre os vários dados que vai reunindo, ao testemunho-conversa de um velho criado de Maria Eugénia, que não confirma o texto de cima, ou seja, o texto do caderno de Maria Eugénia, como um arquivo faria, mas que o ilumina. Entremeando estes dois textos principais encontramos fotografias de lugares, de documentos, do caderno e da notícia do falecimento de Maria Eugénia, participado justamente pelo seu criado Chassafar. A juntar a todas estas formas de informação fragmentária, as reflexões do narrador sobre o valor do que é considerado com valor arquivístico e, consequentemente, do que conseguia recolher no arquivo. Conclui sobre a necessidade de abrir



outros arquivos, que lhe pudessem iluminar o texto de Maria Eugénia, afinal tão essencial para perceber um tempo mudo—um tempo privado e feminino—da história colonial. Como reflete:

De facto por que razão se guardariam apenas documentos oficiais, negligenciando-se os de natureza privada? Será que o que é público tem mais valor? Se aproxima mais da verdade? A minha teoria dizia que não e por diversas razões. (COELHO, 2013, p. 286) (...) os papéis pessoais... são o testemunho da luta que temos connosco próprios. Haverá luta mais verdadeira do que essa? Ali estava o caderno de Maria Eugénia Murilo para comprovar. (*idem*, p. 287).

Nesta dimensão reflexiva do narrador sobre o arquivo, um dos elementos fulcrais são as conversas entre o narrador e o antigo criado de Maria Eugénia, Chafassar, que lhe vão revelando a necessidade de reflexão profunda sobre o valor do testemunho e sobre as condições para a emissão do testemunho. Sensível a esta dimensão crucial para a produção do testemunho assistimos passo a passo à sua quase obsessão para criar as condições físicas, psíquicas e sociais para que o testemunho de Chafassar se produza, o que de facto constitui não apenas uma reflexão sobre o testemunho em si e sobre o seu valor, na sua forma e no seu conteúdo preciso, mas também uma reflexão sobre as condições de desejo de audição deste testemunho hoje e, obviamente, sobre as condições de audição desta obra hoje sobre o tempo colonial em particular. Por isso, na sua dimensão mais profunda, a questão do testemunho aqui desenvolvida tem de ser articulada com o conceito de silêncio. Num processo que, por vezes, necessita de dezenas de anos para se cumprir, a necessidade ou o desejo de romper o silêncio permite não só deixar para gerações futuras os traços de acontecimentos que, de outro modo, poderiam simplesmente desaparecer da memória coletiva, mas também conquistar uma identidade histórica, social, que transcende a condição de vítima (individual ou coletiva) e afirmar uma condição de sujeito coincidente com um ato de autoria enquanto inscrição no discurso da memória pública. Assim, a dimensão do testemunho ultrapassa a simples vocalização de uma informação, constituindo-se antes como um espaço de produção de um sentido, num determinado passo da história através de um sujeito que dela se torna parte e assim se torna um sujeito histórico.

Não menos importante para o problema do testemunho é a questão do recetor. Na verdade, o contexto social e político, o espaço e tempo concretos em que se inscreve o testemunho, tem um papel determinante. Desde logo, para que haja testemunho, é necessário que exista um interesse por parte da sociedade em conhecer aquilo que é testemunhado, um interesse que, por exemplo, na imediata independência naturalmente não poderia existir sobre o tempo colonial, tal como, por exemplo, não existia interesse, no imediato pós-guerra, na sociedade alemã (e na sociedade europeia em geral), relativamente à experiência dos campos de extermínio nazis. O que significa também que, neste processo, o gesto e a voz de quem testemunha não é separável da figura daquele ou daqueles que criam as condições para que seja possível o ato de enunciação. E este é um dado fundamental no texto de João Paulo Borges Coelho, que se debruça intensamente sobre a forma de recolher o testemunho, a ponto de nós, como leitores, termos um



acesso quase íntimo ao estado de Chafassar intensamente observado, à evolução da sua relação com o narrador e às condições externas em que o testemunho se produz. O contexto em que a articulação do testemunho se desenvolve está em sintonia com a dimensão performativa de uma situação de enunciação em que os silêncios, os gestos, a linguagem corporal são tão importantes como as palavras. Assim, a prestação de um testemunho não se esgota na simples ideia de transmissão, ele é em si um gesto de produção de memória, em que a figura híbrida dos *mediadores de memória* se mostra como parte de uma complementaridade, que possibilita este gesto. Desta forma e a partir deste ato, o sujeito inscreve-se numa história de que, aparentemente, estava excluído, como seria o caso de Chassafar. A prova formal para Chassafar é-lhe mostrada pelo Arquivo Municipal que visita com o narrador, sob o olhar desconfiado do funcionário do arquivo, que se recusa ver a excitação de Chassafar ao perceber o seu nome escrito, tentando assim excluí-lo de novo de uma história na qual só aparentemente tinha acabado de entrar. Neste sentido é importante refletir de novo a partir dos estudos de Aleida Assman (2008, 2011) sobre a complementaridade existente entre arquivo e cânone e, num sentido mais amplo, sobre a rede da memória que o narrador evoca e nos convoca a trazer para a leitura do seu texto, através de múltiplos traços que vai deixando e que conjugam memória individual, memória geracional, memória coletiva e memória cultural e a que a leitura deste romance tanto apela<sup>3</sup>.

Afinal o que é que estes dois textos, entremeados de outros tantos, nos contam? Conduzidos pelo olhar de Maria Eugénia, seguimos as suas impressões, juízos e revelações do espaço em que habitava, primeiro a sua casa e depois o conjunto das casas de senhoras que compunham a pequena Moatize, onde tudo estava, afinal, a acontecer. Superficialmente trata-se de um espaço dominado por mulheres colonas, que aparentemente não teriam mais a fazer do que zelar pela vida que corria lentamente. Nestas casas coloniais definia-se a geografia de poder da vila: a casa Quinze de Anne Marie Simon, mulher do diretor e que tudo dominava através de uma rede de espíões, a casa de Suzanne, que rebeldemente a abandonava à procura de si própria naquele lugar, a casa do PIDE, que pelo medo tudo dominava em estreita negociação com a casa Quinze, a casa de Maria Eugénia, onde habitara Agnès Fintz, mulher branca e frágil aparentemente vencida pelas febres e tédios do lugar e cujo espírito muito mais tarde Maria Eugénia pressente primeiro como um fantasma e depois como uma presença na sua casa, questionando-se sobre ela até descobrir a verdade por trás da real e aparente doença de Agnès Fintz. Ao longe, invisíveis, estavam as casas dos negros. Mundos aparentemente distantes, mas que se juntavam no trabalho e sobretudo, com intimidade, na casa colonial. E é neste registo que se projeta o olhar de Maria Eugénia. De um ponto de vista narrativo tudo está centrado na casa. Na descrição que faz do seu espaço e dos seres que a ocupam: a sala, os quartos, a varanda, dos senhores e o jardim, a cozinha e o quintal, o lugar dos negros em serviço. O lugar de contato

---

<sup>3</sup> As reflexões expostas sobre testemunho e memória são reflexo de um intenso trabalho, diálogo e publicação conjunta com Roberto Vecchi e António Sousa Ribeiro que trago para este artigo pela sua pertinência na análise deste livro de João Paulo Borges Coelho. A ambos os académicos o meu reconhecimento e a minha gratidão.



com o exterior é o jardim, mas principalmente a varanda, onde o seu marido toma Whisky com soda e ela projeta o seu olhar, mas não vê. No exterior, múltiplos criados que tudo asseguram; no interior, Chafassar, cujo primeiro contato começa por algo tão primordial como o próprio nome do rapaz, Travessa, nomes colocados pelos brancos e resignadamente aceites. Maria Eugénia interroga o criado sobre este dado tão pessoal como o nosso nome, que em si projeta uma identidade. E é nesse momento que Maria Eugénia intui um dos silêncios coloniais sob a fala silenciosa do subalterno sem a ouvir, e, portanto, resigna-se, ainda sem perceber o outro absurdo que lhe propunha, como seria adquirir o nome de Augusto, o nome do seu atual patrão. Noutros episódios Maria Eugénia continuará sem ouvir a fala dos seus subalternos, não porque eles não falem de facto, mas porque as condições de produção do seu discurso os condenam ao silêncio, que ela intui como a “censura muda, que me pareceu descobrir na expressão do rapaz” (COELHO, 2013, p. 35). E é também nestes primeiros contatos que descobre um outro silêncio colonial quando na sua noite de estreia na Casa Quinze faz perguntas inocentes, que percebe inconvenientes, daquelas que “instalam depois de si o silêncio” (COELHO, 2013, p. 45). Maria Eugénia não teria opção: ou se resignava a ficar entediada e cega a caminho da degradação que atingia as mulheres brancas ou a ser um espírito rebelde, sem, contudo, o mostrar. Mas seria logo descoberta por este mundo poderoso representado pela Casa Quinze de Anne Marie Simon; um mundo também amedrontado que tudo vigiava, para se manter. É na varanda da Casa Quinze, que Suzanne, esse espírito inquieto e trágico de quem Maria Eugénia se torna amiga, lhe diz que ali, à volta daquela mulher jogadora de canasta que protegia a “nossa comunidade”, ela via apenas a ponta do *iceberg*. É com Suzanne que vai ao outro lado deste mundo pela primeira vez – o mundo dos negros, das suas casas, o *compound* da companhia para os mineiros, o mundo das crianças, dos velhos e sobretudo das mulheres, que não são como ela e para quem olha atentamente, sem lhes conseguir captar o olhar. Mais longe um outro espaço inacessível e onde se forja a luta e a nova nação—o mato, um mundo inacessível aos brancos, que só Agnès Fintz alcançara e que os predadores visitam em busca de presas: o inspetor Cunha, da PIDE ou o caçador Castro, que “caçou” Agnès como uma gazela, na sua primeira fuga. Mas Agnès insiste na fuga, quer encontrar outro lugar e escapa, o que constitui o maior segredo da comunidade de colonos de Moatize, porque a fuga de Agnès para o outro lado da luta significava em primeira instância que a comunidade branca de Moatize reconhecia que o conflito existia, e isso seria a sua mais elementar derrota. Suzanne, a grande amiga de Maria Eugénia, torna-se uma edição diminuída e trágica de Agnès, cujo espírito perturba as duas colonas inquietas. Suzanne parte com o marido, guardando apenas, mas obsessivamente, as fotografias do espaço no seu espírito. Sabe que tudo vai acabar sem retorno, mas tragicamente não se consegue entregar. É entregue como mais uma presa do caçador Castro. Porque neste mundo, como então percebe Maria Eugénia, não bastava olhar, era preciso ver. E é assim que Maria Eugénia volta a sua casa, depois de uma estadia na Beira em que se despediu de Suzanne. E é nesse inquieto e solitário regresso que Maria Eugénia volta a olhar para as coisas, ainda que mais tarde se aperceba como



estava cega. Agora, apesar de tudo, podia entender por que razão o criado lhe tinha dito, na sua primeira saída para o mundo dos negros, “não vá, senhora,” o que constituía, no mínimo, um impensável atrevimento. E é no interior da sua casa que Maria Eugénia traça a mais trágica e profunda relação com o mundo colonial, num tempo premiado pelo medo de todos e de tudo. Maria Eugénia vive rodeada de “inimigos íntimos,” como o seu criado Chaussafar, ser sempre ambíguo entre a luta, o mato, os outros conhecimentos e a casa colonial que serve com esmero e até como potencial espião da Casa Quinze, a casa de Anne Marie Simon, a mulher que domina não só a comunidade de mulheres como a dos homens coloniais. E Maria Eugénia regista as suas impressões no diário e a sua impotência de o tornar um amigo complementar, pois há um contexto que inevitavelmente os separa, gerado por um conflito existente, mas não pronunciado.

O episódio fez-me olhar para Travessa de uma maneira nova, inteiramente diferente. Descobria agora que a sua vida, para lá da nossa casa, não se resumia a uma relação com madame Simon, fosse esta qual fosse. Existia um Travessa escondido dela e de mim, um Travessa do compound e para lá dele, ligado ao que quer que fervilhava no mato. Por sua vez, a maneira como ele me descobria há-de ter sido recíproca. Afinal eu tinha guardado o seu segredo. Quem era eu? (COELHO, 2013, p. 281)

O que brilha dos instantes registados por Maria Eugénia Murilo no seu caderno, supostamente transposto para o livro, é, como diria Agamben (2008), o rasto luminoso de uma outra história, não a da memória do oprimido subalterno, que se supõe traz sempre o outro lado da história, mas sim o abismo de um *ethos* colonial inconfessado, pela história veiculada pelos documentos do arquivo que tudo silencia, e inconfessável, para os seus protagonistas que nele se enterram, se apavoram e evoluem. Não se trata, portanto, de um caderno-memorando autobiográfico do sujeito Maria Eugénia, mulher do engenheiro Murilo, funcionário da Companhia de Carvão em Moatize, mas do terreno em que se regista a desconexão entre o seu ser humano e o ser que fala, e que pela sua fala anuncia o seu lugar esvaziado. É, portanto, um testemunho para além da biografia em que se formula, a partir do espaço doméstico e a traço largo a grande interrogação sobre aquele “chão”—o mundo colonial—“que ruía a passos largos” (COELHO, 2013, p.155), mas do qual, para o bem ou para o mal, todos nós emergimos.

Quanto à minha [vida], à nossa, resumia-se a uma casa cercada por um filme onde as coisas pareciam acontecer mas não aconteciam de verdade, separadas de nós por uma espessa barreira: não podíamos beber a água, respirar o ar. A gente do outro lado era gente mas não era gente, sofria mas uma dor diferente da nossa, falava uma língua à qual não chegávamos. Tinha propósitos diferentes dos nossos, destinos também. Que era aquilo, que era aquilo que ninguém me deixava conhecer de verdade? Aquilo que até Laissonne e Travessa se esforçavam para que eu olhasse de longe, sem me aproximar? Cuidado, senhora! Não vale a pena, senhora! (...) Em suma, estava completamente perdida. Seria este o tal tédio—ou melhor, a degradação—que tomava conta das mulheres de Moatize? (COELHO, 2013, p. 157-8)



São várias as tentativas de Maria Eugénia para comungar do espírito do lugar que ora se lhe impõe—como no episódio da visita das mulheres do chefe M’Boola—ora se aproxima, como na saída que faz com os criados em que em silêncio comunga da beleza do lugar e das suas humanidades. O momento transformou-a definitivamente, ao tocar sem ilusões o coração dos outros e comungando com eles o espírito de pertença a um lugar. A partir de então Maria Eugénia pertence a Moatize, sabendo bem da fatalidade trágica de associar esta relação de pertença à posse típica da relação colonial, que minou as mulheres brancas de Moatize, que só poderiam partir, regressar aos seus lugares ou assumir a fuga como Agnès Fintz. Neste sentido, Maria Eugénia sabe que a partir de então poderá ficar “refugiada da história” (MARCUS, 1997), no devir da história que inevitavelmente se desenha. Mas, como bem anota o narrador na economia deste texto composto, “o propósito era retirar um sentido do passado, não imprimir ao passado um sentido atual” (COELHO, 2013, p. 212). E assim neste romance, através da dimensão ficcional de Maria Eugénia e da sua existência irreal sempre mediada pela leitura do seu diário, fica registada a história de muitos moçambicanos, cuja pertença àquele lugar coincide com a história pública do colonialismo português em África, ou seja, passa pela narrativa colonial, assumida como um tempo do qual todos emergimos. Não se trata, portanto, de um livro para gerir a saudade de um lugar que não existe a não ser na memória e na imaginação, mas de um livro sobre o tempo colonial que faz parte da história de Moçambique e ao assumi-lo, este livro gera futuro.

Quando caio em mim e me pergunto porque me deixei tomar por aquela estranha convicção, verifico que se há coisa que me acontece nestes dias, difíceis de classificar, é sentir-me transportada para um mundo novo de significados e de sensações. É como se vislumbrasse por um momento a novidade que existe atrás da copa das árvores, na direção das montanhas. Nessas alturas, se penso em Travessa imagino-o a correr pelo mato fora e a subir a montanha. (...)

Mas, estar aberta a tudo em volta, estar tocada por novas sensações, não significa ter baixado a guarda. Não tenho ilusões, sei da violência que carrega o mundo que nos cerca. Conheço agora Moatize. (COELHO, 2013, p. 343-345)

## REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz—o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

AMRANE-MINNIE, Danièle Djamila. **Des Femmes dans la Guerre d’Algérie**. Paris: Karthala Editions, 1994.

ASSMAN, Aleida. Canon and Archive, In: Astrid Erll; Ansgar Nünning (orgs.). **Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook**. Berlin: de Gruyter, 2008,



p. 97-107.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da Recordação—formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.

BLUNT, Alison; ROSE, Gillian. **Writing Women and Space: colonial and postcolonial geographies**. New York/London: Guildford Press, 1994.

COELHO, João Paulo Borges. **Rainhas da Noite**. Lisboa: Caminho, 2013.

D'ANTAS, Lizette. **Grupo feminino de Santa Cecília e o clero católico progressista nos anos sessenta**. Luanda: INIC, 2012.

DORE-AUDIBERT, Andrée. **Des Françaises d'Algerie dans la Guerre de liberation: Des oubliées de l'histoire**. Paris:Karthala Editions, 2003.

FRANÇA, José Augusto. **Natureza Morta**. Lisboa: Arcádia, 2003.

FUCHS, Elsa. **Moçambique marcou-nos para a vida: Grupo de mulheres internacionalistas 1980-1984, retratos e depoimentos**. Maputo: JV Editores, 2014.

KASEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina (orgs.). **O livro da paz da mulher Angolana: as heroínas sem nome**. Luanda: Editorial Nzila, 2008.

LEVY, Henrique. **O Cisne de África**. Lisboa: Editora Livros de Seda, 2009.

LORENTZEN, Lois Ann; TURPIN, Jennifer (eds.). **The Women and War Reader**. New York/London: New York University Press, 1998.

MACEDO, Jorge. **As Mulheres: um estudo literário**. Luanda: Kilombelombe, 2005.

MALOBA, W.O. **Women in African Revolution**. Trenton, NJ: Africa World Press, 2007.

MARCUS, Grei. **The Dustbin of History**. London: Picador, 1997.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: race, gender and sexuality in the Colonial context**. London: Routledge, 1998.

PAREDES, Margarida. **O Tibete em África**. Porto: Ambar, 2006.



PAREDES, Margarida. **Combater duas Vezes—mulheres e Luta Armada em Angola**. Porto: Verso da História, 2015.

PEREIRA, Carmen Maria de Araújo. **Os Meus Três Amores**. Org. Odete da Costa Semedo. Bissau: INEP, 2015.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **África no Feminino: as Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial**. Porto: Afrontamento, 2007.

RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

RODRIGUES, Deolinda. **Cartas de Langidila e outros documentos**. Luanda: Editorial Nzila, 2004.

RODRIGUES, Limbânia Jiménez, **Heroínas de Angola**. Luanda: Mayamba, 2010.

SOROMENHO, Castro. **Terra Morta**. Lisboa: Sá da Costa, sd.

ZIMBA, Benigna. **A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino**. Maputo: Organização da Mulher Moçambicana, 2013.

